

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministro do turismo, Sr. Gilson Machado Neto, sobre o incêndio no depósito da Cinemateca Brasileira na zona oeste de São Paulo em 29 de julho de 2021.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministro do turismo, Sr. Gilson Machado Neto, sobre o incêndio no depósito da Cinemateca Brasileira na zona oeste de São Paulo em 29 de julho de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Em 31 de julho de 2021, o Estadão divulgou o incêndio na Cinemateca Brasileira. Segundo a matéria, o abandono da instituição, que é a mais antiga da América Latina na área de cinema, suscitou críticas da comunidade internacional – a ponto de o diretor do Festival de Cannes, Thierry Frémaux, ter afirmado no ano passado que a Cinemateca estava “ameaçada pelo governo Bolsonaro”.

O risco desse incêndio já era previsto, visto a maneira como a gestão da Cinemateca estava sendo conduzida. A importância do setor audiovisual para a preservação da memória e do patrimônio cultural do Brasil foi ignorada, visto que o Governo Federal não renovou o contrato de gestão da Cinemateca Brasileira que o extinto Ministério da Cultura mantinha com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).



Ainda, no segundo semestre de 2019, os funcionários da Cinemateca responsáveis pelo acervo histórico de mais de 2 mil filmes e de 113 mil DVDs, além de arquivos impressos, foram demitidos. O pagamento das contas de água e energia elétrica foi sendo atrasado. E as prestadoras de serviços de manutenção e de segurança ficaram sem receber.

É sabido que o Ministério Público Federal já havia ajuizado uma ação civil contra a União, ante os impasses em torno da gestão da Cinemateca. Em abril de 2021, ex-funcionários publicaram um manifesto no qual afirmaram que “o risco de um incêndio é real e o acompanhamento técnico e ações de preservação, inclusive procedimento em laboratórios, são vitais”.

Em maio, a Justiça Federal estabeleceu um prazo para que os responsáveis pela área cultural do governo promovessem uma vistoria técnica na Cinemateca e tomassem as medidas necessárias para afastar risco de incêndio e preservar seus bens.

Segundo o cineasta Carlos Augusto Kalil, “não foi uma fatalidade. Perdemos 60 anos de história”. “Nossa memória está sendo apagada e isso é um projeto do atual governo, que quer desfazer a indústria cultural”, afirmou a cineasta Laís Bodansky. “Isto está acontecendo por causa de um governo que pensa que a terra é plana”, declarou a filha de Glauber Rocha, Paloma Rocha. “Foi um crime”, resumiu o cineasta Walter Salles Jr.

Por todo o exposto, tendo em vista que se trata de um assunto de relevância nacional e diz respeito à memória da cultura brasileira, faz-se necessário a busca das seguintes informações ao Ministro do turismo: (i) houve alguma medida de prevenção desse incêndio? (ii) será nomeada alguma equipe técnica para levantamento dos danos e perdas causados pelas chamas? (iii) quais providências serão tomadas a partir de agora para a proteção desses acervos cinematográficos do país?

Plenário, 2 de agosto de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

